



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**PARECER JURÍDICO**

*Concorrência Pública*

**014/2022**

**Interessado: Comissão permanente de licitações.**

**1 – OBJETO**

Trata-se de parecer jurídico referente ao recurso apresentado pela empresa Construlog LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.224.669/0001-71, nos autos da Concorrência Pública nº 014/2022, cujo objeto é a *“contratação de empresa especializada com responsabilidade técnica, material e mão de obra para execução do loteamento Vida Nova, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico – financeiro.”*.

Neste sentido, a recorrente se insurge em face da classificação da empresa Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem LTDA, uma vez que esta teria apresentado proposta de preços e planilhas financeiras em formato físico (papel) contendo imagens das assinaturas eletrônicas impressas no documento, o que impossibilitaria verificar a autenticidade destas assinaturas, o que atentaria as normas editalícias, que exigem a assinatura do representante da licitante e também do responsável técnico.

No ponto, aquela continua afirmando que, nos termos do regime jurídico aplicável a matéria, uma assinatura digital somente seria válida em documento eletrônico, (e desde que atendidos outros requisitos, como vinculação ao ICP-BRASIL), sendo que a presença de uma assinatura digital em documento impresso não teria validade jurídica, impondo a desclassificação da recorrida. Além do mais, aquela menciona que a manutenção da classificação da empresa recorrida resultaria em quebra do tratamento isonômico dos licitantes, haja vista que se estaria beneficiando esta em detrimento das demais participantes que teriam atendido integralmente os requisitos editalícios.

Por fim, a recorrente apresenta excertos doutrinários e jurisprudenciais para embasar seus argumentos, e requer o provimento do recurso para fins de que a licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem LTDA seja desclassificada.



## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Por sua vez, a recorrida Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.009.459/0001-11, apresentou contrarrazões ao recurso acima referido, aduzindo em síntese que há embasamento legal para a validade da assinatura digital em documentos físicos, uma vez que a assinatura da recorrida atende aos requisitos instituídos pela autoridade competente para garantir sua autenticidade e integridade de identificação. Por outro lado, aduz que teria consultado esta municipalidade sobre a possibilidade de apresentação de documentos em processos licitatórios com assinatura digital, sendo que tal questionamento teria sido respondido afirmativamente.

Ademais, apresenta excertos doutrinários e jurisprudenciais para embasar seus argumentos. Por fim, requer seja negado provimento ao recurso apresentado, mantendo-se integralmente a decisão da Comissão Julgadora.

Portanto, feito este breve resumo da lide, passa-se a sua análise.

### **2 – DO MÉRITO**

Como destacado acima, o recurso apresentado pela licitante Construlog Ltda se volta em face da documentação encaminhada junto a proposta apresentada pela recorrida Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, uma vez que tais documentos teriam sido assinados digitalmente, sendo que tais assinaturas não possuiriam validade jurídica quando apostadas em documentos físicos.

Em primeiro, antes da entrada no mérito do recurso apresentado, importante esclarecer que, de fato, os documentos objetos da proposta apresentada pela recorrida Telas Telar foram assinados digitalmente, conforme se verifica da análise do expediente administrativo referente à concorrência pública nº 014/2022. As assinaturas apresentam algumas informações, tais quais a data e o horário em que foram apostadas, bem como a quem se referem. Outrossim, dispunha o edital:

#### **8. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

*8.1. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado e impressa por meio eletrônico, datada e assinada pelo representante legal da*



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*empresa, redigida em linguagem clara, sem rasuras, contendo todos os dados da proponente, incluindo o seguinte:*

*(...)*

*f) a planilha orçamentária, datada e assinada pelo(s) responsável (is) técnico (s) da empresa, devendo ser feita rigorosamente com base nas planilhas fornecidas. Em se tratando de mais de um lote na licitação, apresentar planilhas separadas por lotes.*

Ainda, em análise do regime jurídico atinente à matéria, verifica-se que, de fato, tal qual sustentado pela recorrente, uma assinatura eletrônica apostada em documento físico não possui validade jurídica, haja vista que tal modalidade de assinatura somente é válida em se tratando de documento eletrônico. Neste sentido, todas legislações que versam sobre a matéria são expressas em afirmar que a assinatura eletrônica só possui validade quando em documentos eletrônicos, tal como se verifica da MP nº 2.200-2/01, que dispõe:

*Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.*

Entretanto, afora a questão acima levantada, verifica-se que a documentação apresentada atende as demais exigências editalícias, sendo perfeitamente possível seu pleno entendimento. Neste sentido, considerando o contexto fático, entendo que a assinatura eletrônica/digital apostada aos documentos ora em apreço não são, por si só, motivos suficientes para torna-los inválidos, haja vista que, mesmo que um documento seja produzido de forma diferente da exigida em um processo licitatório, mas sendo possível sua integral compreensão, entende-se que o mesmo alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputando-se assim válido.

No ponto, é necessário ressaltar que qualquer processo licitatório, como referido no Art. 3 da Lei nº 8.666/93, volta-se para a busca da melhor proposta para a administração





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

pública no que tange, dentre outros, a compra de bens e serviços, que deve ser efetuada em um ambiente em que assegurada à igualdade entre os participantes, em homenagem aos princípios que regem a administração pública, em especial os insculpidos no Art. 37, Caput, da Constituição Federal.

Com base nisto, foi-se desenvolvendo, tanto na doutrina quanto na jurisprudência (administrativa e judicial), o princípio da mitigação do formalismo procedimental, que fundamenta o entendimento pelo qual meras irregularidades ocorridas em processos licitatórios, quando não tenham maculado a isonomia entre os concorrentes ou qualquer outro direito ou garantia assegurado pelo regime jurídico das licitações, não é causa apta, por si só, a causar sua nulidade, considerando que tal iria de encontro ao interesse público subjacente aos processos licitatórios (o uso eficaz dos recursos públicos e a busca pela melhor proposta ao ente licitante).

Assim, esta mesma argumentação também pode ser migrada no que tange à análise e julgamento das propostas apresentadas pelos concorrentes, de modo tal que meros vícios presentes nessas, quando não prejudiquem a completa compreensão da mesma e não tragam riscos à futura contratação que ira advir do procedimento, não são suficientes para impor sua desclassificação, sendo este inclusive o entendimento das cortes de controle, como se verifica do julgado que segue:

*REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, RELACIONADAS À DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são*



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU, Repr nº 03266820147, Relator Ministro Bruno Dantas, Tribunal Pleno, julgado em 04/03/2015).*

Por fim, importante ressaltar que a licitante recorrida apresentou a oferta mais vantajosa ao ente público licitante, considerando o critério de julgamento adotado na concorrência pública em apreço, sendo que tal fato deve prevalecer sobre meros vícios procedimentais, concretizando assim o princípio da busca da oferta mais vantajosa ao ente público licitante, tal como ressaltado acima.

### 3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo não provimento do recurso interposto pela licitante CONSTRULOG LTDA, em vista dos fundamentos acima expostos, mantendo-se integralmente a decisão do pregoeiro condutor do certame.

Campo Bom/RS, 11 de abril de 2023.

Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**Parecer Jurídico**

**Referente: Concorrência Pública 014/2022**

Acato as considerações do Assessor Jurídico do Município, no sentido de não dar provimento ao recurso interposto pela empresa **CONSTRULOG LTDA** e pelo não provimento dos demais recursos apresentados.

Campo Bom, 11 de abril de 2023.



**Luciano Libório Baptista Orsi**  
Prefeito Municipal